

Formação Profissional/Profij e Emprego

Senhor Presidente da Assembleia Regional,
Senhoras e Senhores Deputados Regionais,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Procedemos no início do ano a uma atenta e profunda reflexão com base no actual panorama social, cultural e económico da sociedade que diariamente nos circunda, com particular incidência para as questões que se prendem com a juventude da qual emanamos. Tendo a mesma estrutura elegido como áreas prioritárias para a sua intervenção política para o biénio de 2006-2008, áreas de relevância estruturante para a juventude como sejam a formação, o emprego, o empreendedorismo ou a política de qualidade.

Sendo assim consideramos ser de extrema importância a implementação de uma maior e mais concisa intervenção nestas áreas em particular, atendendo à sua influência na integração dos jovens na vida activa e no mercado do trabalho, contribuição para a progressão evolutiva do desenvolvimento económico-social da Região Autónoma dos Açores, e consequente melhoria das condições de vida da sua população.

Na sequencia deste objectivo demos início, no passado mês de Maio, a um trabalho de análise visando a caracterização do estado de implementação da politica de ensino Profissional/PROFIJ na Ilha Terceira, com o intuito de

promover um debate e reflexão que possa de forma salutar contribuir para uma eventual melhoria deste sistema de ensino.

A já referida análise teve como base estrutural a realização de um conjunto de reuniões com os Coordenadores das escolas do ensino regular que leccionam o PROFIJ, bem como com os Directores das Escolas Profissionais.

Ao visitarmos as mesmas escolas foi então possível constatar do bom trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos concelhos executivos e administrações das várias escolas profissionais.

Desde há algum tempo a esta parte estas duas vias de ensino tem vindo a assumir um papel preponderante na melhoria da qualificação dos Jovens da Região Autónoma dos Açores, que veio permitir à entidade empregadora uma melhoria substancial, ao nível da oferta de candidatos para o preenchimento das vagas existentes nos seus respectivos quadros profissionais, constituindo deste modo um factor economicamente decisivo para uma melhoria na qualidade dos serviços prestados, ou produtos desenvolvidos, traduzindo-se objectivamente, numa valorização do desenvolvimento económico-social na Região Autónoma dos Açores.

Actualmente, na Região Autónoma dos Açores, o ensino profissional pode ser caracterizado como uma aposta progressivamente bem sucedida, tendo para isso sido fundamental a perspicaz intervenção do Governo Regional, por meio da Direcção Regional de Trabalho e Formação Profissional,

actualmente assim designada, bem como a extremamente sensata gestão do mesmo por parte das respectivas administrações das instituições que integram cerca de 6000 jovens distribuídos uniformemente por diversos cursos profissionalizantes, que abrangem uma grande diversidade de sectores profissionais. Quanto a financiamento, estes são financiados pelo F.S.E. através do 3º quadro comunitário de apoio, PEDRAAII, PRODESA e cada vez mais pelo Orçamento Regional, através de consecutivos reforços financeiros.

O sucesso destas vias de ensino na Região Autónoma dos Açores consiste essencialmente, nos seguintes factores, que para ele contribuem decisivamente:

- Pequena dimensão das turmas;
- Realização de uma auscultação de mercado aquando da abertura dos cursos ou tendo em conta o observatório de emprego da Região;
- Qualidade das instalações escolares;
- Acompanhamento no mercado de trabalho dos alunos após a conclusão do curso por parte das escolas;
- Realização de inquéritos qualitativos e quantitativos nas escolas;
- Conteúdos programáticos possibilitam formação específica adequada;
- Formação constituída por componente prática e teórica gerando equilíbrio na acção pedagógica;

Os resultados da aposta oportuna por parte do Governo Regional na formação profissional vão surgindo, de uma forma progressiva. Alguns já constituem exemplos dignos de realce.

Senhor Presidente da Assembleia Regional
Senhoras e Senhores Deputados Regionais
Senhora e Senhores Membros do Governo

Segundo os últimos dados do INE, foram criados 3.490 novos postos de trabalho nos Açores entre o 2ºT de 2005 e o 2ºT de 2006 (passamos de 104.271 trabalhadores para 107.761 trabalhadores). Nunca na história dos Açores houve tanta gente a trabalhar, mantendo-se há mais de cinco anos, praticamente em permanência, a mais baixa taxa de desemprego do país (3,8%).

Estes números são bastante significativos, pois indicam que foram criados mais postos de trabalho que o número de desempregados inscritos (actualmente 3.369). À nossa dimensão, este número é extraordinário: criar num ano sensivelmente o mesmo número de novos postos de trabalho que de desempregados existentes é um fenómeno que, se acontecesse à escala nacional, criaria mais de 400.000 novos postos de trabalho (pois existem 440.000 desempregados em Portugal) e a nível europeu seriam criados mais de 10 milhões de novos postos de trabalho em um ano. Em nenhum país ou região europeia, em qualquer momento, jamais aconteceu tal facto.

Tendo a Madeira praticamente a mesma população que os Açores (à volta de 245.000 habitantes), o número de desempregados na Madeira (7.303), são mais do dobro que nos Açores (3.369).

A obsessão do PPD/PSD em tentar desvalorizar os números baixos do desemprego, sem nunca ter em conta os altos números do emprego, vem reforçar a ideia de que nem se apercebem (ou não querem aperceber-se) da importância do aumento contínuo da força de trabalho nos Açores. Uma coisa é ter uma Região com 86.900 trabalhadores (como em 1995, antes do PS chegar ao Governo) e outra é atingir o importante número de 107.761. Este sim constitui um factor digno de realce, este sim constitui um facto que, pela sua relevância não só económica mas, também, social, devemos apregoar e do qual nos devemos orgulhar.

Parece ser cada vez mais necessário marcar a nossa diferença, induzindo na opinião pública um deslize da centralidade no desemprego para uma centralidade no trabalho. Justifica-se, também por isso a escolha de novas políticas para a empregabilidade e a centralidade no Trabalho da nova DRTEFP.

Outro dado social relevante: o número de mulheres que entraram no mercado de emprego. Há significativamente mais mulheres (2.175) que homens (1.315) nos 3.490 novos postos de trabalho. Em particular há um salto muito significativo no emprego da mulher jovem (menos de 24 anos): mais 12,4%. Está, pois, a produzir efeito a discriminação positiva quer no ensino profissional (onde há mais mulheres que homens – 62% contra 38%)

quer em programas de fomento do trabalho feminino e de protecção da maternidade como no Berço de Emprego (100% de mulheres) ou ainda no programa Reactivar (mais de 80% de mulheres).

Os fluxos em causa são extraordinários: dos 104.271 trabalhadores do 2ºt de 2005 saíram, para a reforma, até ao 2ºT de 2006, por volta de 1500. Entraram portanto, para atingirmos agora 107.761, 5.000 novas pessoas (3.490 para novos postos de trabalho e 1.500 para substituir os que partiram para a reforma).

Quem são estes 5.000 novos trabalhadores? Um pouco mais de 3.000 são jovens e perto de 2.000 são adultos que passaram de uma situação de inactividade para um emprego.

Dos mais de 3.000 jovens que integraram neste ano o mercado de trabalho, mais de dois mil saíram das escolas profissionais do Profijj, e Cursos de Especialização Tecnológica, mais de 400 são licenciados que atravessaram o Estagiar L e por volta de 100, programas de reconversão de licenciados.

Dos adultos, que passaram da inactividade para um emprego, 570, maioritariamente mulheres entre os 24 e 40 anos, saíram do programa de qualificação de desempregados Reactivar (com dupla certificação: 9º ano e um Certificado Profissional) e mais de 400 atravessaram programas de inserção na vida activa no âmbito do Mercado Social de Emprego, e por volta de 100 estiveram no Berço de Emprego.

Ou seja, por volta de 70% dos que chegaram durante os últimos doze meses a um emprego atravessaram com sucesso um dos muitos programas de qualificação para um emprego do Governo Regional

Confirma-se assim o impacto das políticas públicas para a empregabilidade do Governo Regional que já um estudo da União Europeia para o Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Regional verificou, no âmbito do III QCA, ser mais do triplo que na média do País (4,4 para os Açores e 1,3 para Portugal (isto significa que não fossem as políticas públicas para o emprego teríamos nos Açores uma taxa de desemprego de $3,8 + 4,4 = 8,2\%$ e em Portugal, $7,3 + 1,3 = 8,6\%$).

Senhor Presidente da Assembleia Regional
Senhoras e Senhores Deputados Regionais
Senhora e Senhores Membros do Governo

Esta intervenção na Formação Profissional e Profij não se resumiu, apenas, a trabalho já descrito, a Juventude Socialista da Ilha Terceira, promoveu um Fórum, subordinado ao tema, “Ensino Profissional – Profij: Rumo ao Futuro”, que contou com a presença de coordenadores do Profij, Directores de escolas profissionais e da tutela com a presença do Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência. Deste encontro, evidenciou-se a necessidade de promover um aperfeiçoamento, sobretudo, assente em três eixos fundamentais. Ou seja:

- Criar nova legislação que permita aos Açores reforçar a adaptabilidade dos currículos à sua realidade, bem como outras matérias de maior relevância para estas vias de ensino;
- Construção de novas instalações para a escola profissional da Praia da Vitória;
- Promover uma política de aproximação e acompanhamento aos jovens que, oriundos deste sistema de formação, integram no presente o mercado de trabalho;

Este trabalho não termina aqui, muito pelo contrário. Iniciamos já o nosso trabalho em relação ao emprego, onde também se pretende reunir com uma série de entidades públicas ou privadas, com intervenção directa neste sector.

Não podemos deixar de referenciar a vontade legitimamente expressa, por parte do Governo Regional em manter aposta circunstancial na formação, tendo em vista a manutenção e melhoria da rede de escolas profissionais nos Açores, constituindo marca indelével da edificação de um reforço gradual da Autonomia Açoreana, com o qual nós, Juventude Socialista somos democraticamente convergentes.

Senhor Presidente da Assembleia Regional
Senhoras e Senhores Deputados Regionais
Senhora e Senhores Membros do Governo

Esta política de incentivo à formação originou a saída dos Açores, em termos de formação activa, da cauda das Regiões do nosso país, mediante progressivo incremento da baixa taxa de formação activa que até 1996 esta Região, infelizmente detinha. A actual realidade permite-nos estarmos cada vez mais próximos dos parâmetros que regem a Comunidade Europeia neste matéria.

A aposta no ensino não pode, nem irá ficar por aqui, há que continuar a intervir e apostar na formação, pois esta constitui certamente uma forma privilegiada, não só para o enriquecimento de serviços e desenvolvimento económico, mas também porque se assume na condição de factor, de larga preponderância para o desenvolvimento social, de vertente cultural e intelectual.

A intervenção da Juventude Socialista e Partido Socialista, é contínua em busca e na exigência de uma sociedade cada vez mais desenvolvida e preparada para os desafios do futuro.

Disse!

Sala das Sessões, 26 de Outubro de 2006

O Deputado Regional do Partido Socialista
Osório da Silva